



## SENADO FEDERAL

### Consultoria Legislativa

#### Quadro-Síntese da pauta da reunião da Comissão de Educação e Cultura (CE)

**Data da reunião:** 20/06/2023  
**Presidente:** Senador Flávio Arns

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
1	<p><b>PL 2256/2019</b></p> <p><b>Ementa:</b> Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases de Educação – LDB), para dispor sobre normas gerais de segurança escolar.</p> <p><b>Autoria:</b> Senador Wellington Fagundes</p> <p><a href="#">[tramitação]</a></p> <p><b>Terminativo</b></p>	Senador Astronauta Marcos Pontes	Não apresentado	<p>O PL dispõe sobre normas gerais de segurança escolar. Para tanto, define segurança escolar como o conjunto de medidas adotadas pelo Poder Público para assegurar a integridade física e emocional dos membros da comunidade escolar, e propõe as seguintes alterações na Lei de Diretrizes e Bases de Educação (LDB): a) inclui a segurança escolar entre os princípios do ensino (art. 3º); b) inclui o ambiente escolar seguro como garantia do Estado em seu dever de oferecer educação pública (art. 4º); c) inclui a implementação de regras gerais de segurança escolar entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino (art. 12); d) acrescenta novo artigo à LDB, prescrevendo diretrizes de segurança que deverão ser observadas pelos estabelecimentos de ensino (controle de entrada e saída de pessoas nas escolas, instruções de procedimentos sobre segurança voltados para toda a comunidade escolar, planejamento e implementação de simulações de emergência para a comunidade escolar e o monitoramento de comportamento de ex-aluno ou ex-funcionário na escola).</p> <p>O relator propõe a aprovação com emenda para aperfeiçoar a redação do inciso I do novo artigo 86-A, com vistas ao desenvolvimento de mecanismos de controle de entrada e saída de pessoas nas escolas.</p> <p>1. Matéria possui Parecer da CCJ, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CCJ.1. 2. Em 15/06/2023, foi apresentada a emenda nº 3 (substitutiva), de autoria do Senador Flávio Arns (PSB/PR). 3. Se aprovado o Substitutivo, a matéria será incluída na pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.</p>

## Consultoria Legislativa do Senado Federal

### Quadro-Síntese da pauta da reunião da Comissão de Educação e Cultura (CE) 2

Data da reunião: 20/06/2023

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
2	<p><b>Turno suplementar do substitutivo oferecido ao PLS 211/2017</b></p> <p><b>Ementa:</b> Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para determinar a obrigatoriedade, por parte dos sistemas de ensino, da oferta de educação especial para o trabalho para pessoas com deficiência sob a forma de cursos com carga horária mínima de quinhentas horas de aulas e com número de vagas proporcional à população de pessoas com deficiência em idade economicamente ativa residente na região abrangida pelo sistema de ensino.</p> <p><b>Autoria:</b> Senador Romário</p> <p><a href="#">[tramitação]</a></p> <p><b>Terminativo</b></p>	<p>Senadora Professora Dorinha Seabra</p>	<p>Discussão em turno suplementar do Substitutivo ao PLS 211/2017, aprovado na Comissão em 06/06/2023.</p>	<p>O PLS altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para estabelecer a obrigatoriedade, por parte dos sistemas de ensino público e privado, de ofertarem cursos gratuitos de capacitação profissional para pessoas com deficiência, com carga horária não inferior a 500 horas-aula. O número de vagas deverá ser proporcional à população de pessoas com deficiência em idade economicamente ativa residentes na área abrangida pelo sistema de ensino estadual ou municipal, de acordo com dados atualizados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).</p> <p>Foi aprovado substitutivo que determina que os cursos que ofertem vagas gratuitas para pessoas com deficiência tenham carga horária de no mínimo 160 horas – e não mais de 500 horas. Além disso, prevê a necessidade de assegurar o desenvolvimento de competências para a inserção e permanência de pessoas com deficiência no mundo de trabalho, de modo a tornar os ambientes de formação e qualificação profissional efetivamente inclusivos, garantindo recursos estruturados e transposições didáticas. Por fim, ajustou no texto a terminologia, definindo que a obrigação prevista na nova norma estará na alçada das instituições de ensino públicas e privadas que oferecem educação profissional, e propôs que seja retirada a menção ao IBGE, a fim de garantir que haja tempestividade na identificação da demanda da população com deficiência por cursos de qualificação profissional, bem como aderência à Lei 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão – LBI).</p> <p>Em reunião realizada em 06/06/2023, foi aprovada terminativamente a Emenda Substitutiva nº 1 - CE ao projeto. A matéria vai a turno suplementar.</p> <p>Até o momento, não foram apresentadas emendas em turno suplementar.</p>
3	<p><b>PL 2666/2021</b></p> <p><b>Ementa:</b> Altera o art. 133-A do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal); e o art. 62 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (Lei de Drogas), para prever a utilização de equipamentos informáticos, celulares ou similares apreendidos pelos órgãos e entidades da educação básica obrigatória e da educação infantil.</p> <p><b>Autoria:</b> Senadora Simone Tebet</p> <p><a href="#">[tramitação]</a></p> <p><b>Terminativo</b></p>	<p>Senador Nelsinho Trad</p>	<p>Pela aprovação com a Emenda nº 1 da CSP e a Emenda nº 1 - CE de redação.</p>	<p>A proposição visa a alteração do Código de Processo Penal e da Lei de Drogas, para prever a utilização pelas redes públicas de educação básica de equipamentos informáticos, celulares ou similares apreendidos.</p> <p>Nesse sentido, determina que a autorização de uso será dada pelo juiz, a quem deverão ser encaminhadas informações periódicas sobre o estado de conservação dos bens, ensejando a indenização dos proprietários no caso de depreciação.</p> <p>O relator vota pela aprovação do projeto e da Emenda nº 1-CSP, que deixa explícito que apenas caberá indenização ao detentor ou proprietário do bem nos casos de extinção da punibilidade ou absolvição do réu por sentença transitada em julgado. Também sugere uma emenda de redação de forma a substituir a expressão “rede pública da educação infantil e da educação básica obrigatória” pela expressão “rede pública de educação básica”.</p> <p>1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Segurança Pública, com parecer favorável ao projeto com a Emenda nº 1- CSP.</p> <p>2. Em reunião realizada em 13/6/2023, foi lido o relatório e a matéria foi retirada de Pauta a pedido do Relator.</p> <p>3. Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para as emendas, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.</p>

## Consultoria Legislativa do Senado Federal

### Quadro-Síntese da pauta da reunião da Comissão de Educação e Cultura (CE) 3

Data da reunião: 20/06/2023

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
4	<p><b>PL 6494/2019</b></p> <p><b>Ementa:</b> Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a formação técnica profissional e tecnológica e articular a formação profissional técnica de nível médio com a aprendizagem profissional; e a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre isenção do cômputo de determinados rendimentos no cálculo da renda familiar per capita para efeitos da concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC).</p> <p><b>Autoria:</b> Câmara dos Deputados</p> <p><a href="#">[tramitação]</a></p> <p><b>Não Terminativo</b></p>	Senador Cid Gomes	Não apresentado	<p>O PL altera a LDB e a Lei nº 8.742/1993 para: a) obrigar a União a assegurar, em colaboração com os sistemas de ensino, processo nacional de avaliação das instituições e dos cursos de educação profissional técnica e tecnológica; b) acrescentar a possibilidade de a educação profissional técnica de nível médio ser também oferecida em articulação com a aprendizagem profissional do menor aprendiz nas condições que especifica; c) determinar que as instituições de educação superior estabeleçam critérios e procedimentos objetivos para o aproveitamento das experiências e dos conhecimentos desenvolvidos na educação profissional técnica de nível médio sempre que o curso desse nível e o de nível superior forem áreas afins; d) prever que a educação profissional e tecnológica, organizada em eixos tecnológicos, observe o princípio da integração curricular entre cursos e programas, viabilizando itinerários formativos contínuos e trajetórias progressivas de formação entre todos os níveis educacionais e permitindo o aproveitamento incremental de experiências, certificações e conhecimentos desenvolvidos ao longo da trajetória individual do estudante; e) estipular que a oferta de educação profissional técnica e tecnológica seja orientada pelo sistema de avaliação de sua qualidade devendo, considerar as estatísticas de oferta, fluxo e rendimento e a aprendizagem dos saberes, dentre outras especificações; f) propor que rendimentos decorrentes de bolsa de iniciação científica, de monitoria, de atividade de extensão e pesquisa e da Bolsa-Atleta não sejam computados para concessão do Benefício de Prestação Continuada; e g) obrigar a União, em colaboração com os estados e o DF a, no prazo de 2 anos após a publicação da futura Lei, formular e implementar política nacional de educação profissional e tecnológica, contemplando as ações que especifica.</p> <p>1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, com parecer favorável ao projeto.</p>
5	<p><b>PL 5/2022</b></p> <p><b>Ementa:</b> Dispõe sobre a proibição, em todo o território nacional, de fabricação, comércio, transporte, manuseio e uso de fogos de artifício de estampido ou de qualquer outro artefato pirotécnico que produza estampidos.</p> <p><b>Autoria:</b> Senador Randolfe Rodrigues</p> <p><a href="#">[tramitação]</a></p> <p><b>Não Terminativo</b></p>	Senador Paulo Paim	Pela aprovação	<p>O projeto pretende proibir a fabricação, o comércio, o transporte, o manuseio e o uso de fogos de artifício de estampido, bem como de outros artefatos pirotécnicos que produzam estampidos, em recintos fechados e ambientes abertos, em áreas públicas ou locais privados, em todo o território nacional. Permanece permitida a fabricação desses artefatos no Brasil, desde que se destinem à exportação para outros países. Estabelece ainda as sanções cabíveis, em caso de descumprimento das medidas.</p> <p>1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.</p>

## Consultoria Legislativa do Senado Federal

### Quadro-Síntese da pauta da reunião da Comissão de Educação e Cultura (CE) 4

Data da reunião: 20/06/2023

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
6	<b>PLP 199/2021</b> <b>Ementa:</b> Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para proibir a limitação de despesas orçamentárias com bolsas e auxílios em instituições de ensino superior. <b>Autoria:</b> Senador Jader Barbalho <a href="#">[tramitação]</a> <b>Não Terminativo</b>	Senador Plínio Valério	Pela aprovação	<p>A iniciativa propõe nova redação ao § 2º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, incluindo as destinadas ao pagamento de bolsas de estudo e de pesquisa e de auxílios concedidos a bolsistas de instituições de ensino superior no rol das despesas que não serão objeto de limitação de empenho e de movimentação financeira durante o exercício financeiro.</p> <p>1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos.                  2. Em 13/06/2023, a matéria foi retirada de pauta</p>
7	<b>PL 1795/2021</b> <b>Ementa:</b> Inscreve o nome de Laudelina de Campos Melo no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria. <b>Autoria:</b> Câmara dos Deputados <a href="#">[tramitação]</a> <b>Terminativo</b>	Senador Esperidião Amin	Pela aprovação	O projeto visa a inscrever o nome de Laudelina de Campos Melo no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.
8	<b>PL 1847/2021</b> <b>Ementa:</b> Confere o título de Capital Nacional do Agroturismo ao Município de Venda Nova do Imigrante, no Estado do Espírito Santo. <b>Autoria:</b> Câmara dos Deputados <a href="#">[tramitação]</a> <b>Terminativo</b>	Senador Magno Malta	Pela aprovação	O PL pretende conferir o título de Capital Nacional do Agroturismo ao Município de Venda Nova do Imigrante, no Estado do Espírito Santo.
9	<b>PL 1671/2022</b> <b>Ementa:</b> Institui o "Dia Nacional do Planejamento Familiar". <b>Autoria:</b> Senadora Mara Gabrilli <a href="#">[tramitação]</a> <b>Terminativo</b>	Senador Rodrigo Cunha	Pela aprovação	O projeto propõe a criação do Dia Nacional do Planejamento Familiar, a ser celebrado anualmente no dia 26 de setembro.
10	<b>PL 10/2020</b> <b>Ementa:</b> Inscreve o nome do Padre Cícero Romão Batista no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria. <b>Autoria:</b> Câmara dos Deputados <a href="#">[tramitação]</a> <b>Não Terminativo</b>	Senador Cid Gomes	Pela aprovação	A proposição pretende inscrever o nome de Padre Cícero Romão Batista no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

## Consultoria Legislativa do Senado Federal

### Quadro-Síntese da pauta da reunião da Comissão de Educação e Cultura (CE) 5

Data da reunião: 20/06/2023

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
11	<b>PL 2653/2022</b> <b>Ementa:</b> Confere ao município de Itajubá, no estado de Minas Gerais, o título de Capital Nacional da Produção de Helicópteros. <b>Autoria:</b> Senador Carlos Viana <a href="#">[tramitação]</a> <b>Terminativo</b>	Senador Styvenson Valentim	Pela aprovação	O projeto propõe que seja conferido o título de Capital Nacional da Produção de Helicópteros ao município de Itajubá, no Estado de Minas Gerais.  Em reunião realizada em 30/05/2023, a matéria foi retirada de pauta.

Resumos elaborados pelo Núcleo de Acompanhamento Legislativo da Consultoria Legislativa do Senado Federal.

Para acesso ao texto integral dos pareceres, consultar a Pauta Cheia.

Para receber alertas de divulgação de Quadro-Síntese, escreva para [conleg.apl@senado.leg.br](mailto:conleg.apl@senado.leg.br).